

Cristianização da Nova Terra: os jesuítas e a catequese na Colônia¹

Iara Canan da Silva²

[...]Olha para os que ainda não te conhecem e,
Pela intercessão dos santos e santas da Igreja,
Não permitas que permaneçam longe de Jesus, nosso Senhor.
Tu que és misericordioso:
Perdoa toda idolatria e infidelidade,
E faz que todos conheçam aquele que Tu enviaste,
Jesus Cristo, Teu Filho e nosso Senhor.
Ele é a nossa vida, salvação e ressurreição;
Por Ele fomos libertados e redimidos;
A Ele a glória por todos os séculos.
Amém. (Oração de Francisco Xavier)(LAGNI b. 2009. p. 44)

Resumo: Este ensaio pretende estudar algumas questões que envolvem a catequese oferecida pela Companhia de Jesus aos povos originários da América Portuguesa, explorando documentos e cartas utilizados pela historiografia, que apresentam a vinda dos Jesuítas para a América Portuguesa como sua expulsão no século XVIII, pautado em referenciais teóricos pretende sistematizar como se deu o processo de catequização da colônia portuguesa na América para, desse modo, entender questões que envolveram os povos originários e os colonos em relação à catequese.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; América Portuguesa; Catequese.

Cristianización de la Nueva Tierra: Los jesuitas y La catequesis em La Colonia

Resumen: El presente ensayo tiene como objetivo estudiar algunos temas relacionados con la catequesis ofrecida por la Compañía de Jesús a las personas originarias de la América portuguesa, la exploración de documentos y cartas utilizadas por la historiografía, que presentan la llegada de los jesuitas a la América portuguesa como su expulsión en el siglo XVIII, sobre la base de teórica se pretende sistematizar como fue el proceso de catequesis de la colonia portuguesa en América para, de esse modo, entender temas relacionados con los pueblos indígenas y los colonos en relación a catequesis..

Keywords: Sociedad de Jesús; América portuguesa; La catequesis.

¹Ensaio organizado como exigência da disciplina América Portuguesa II, ministrada pela profa. Dra. Maria Celma Borges, curso de História, Campus de Três Lagoas, UFMS.

²Acadêmica do curso de História, 2º. Semestre, curso de História, Campus de Três Lagoas, UFMS. E-mail: icanan94@hotmail.com;

INTRODUÇÃO

O presente ensaio visa estudar a catequese oferecida pela Companhia de Jesus aos indígenas. Os Jesuítas foram muito importantes nos primeiros séculos da América Portuguesa e sua influência pode ser encontrada até nos dias de hoje, por exemplo, na religião católica dos nativos e negros, nas lutas em que a Igreja se envolveu em favor da terra e dos povos indígenas. No tempo da Colônia os Jesuítas tinham ao seu favor o Monarca, que apoiava a Companhia e o Vaticano com o Conselho de Trento.

Esse Conselho designa uma série de mudanças às quais a Igreja precisa se adaptar, e a ordem da Companhia de Jesus pauta sobre ela sua catequese, que se une a necessidade de colonizar os novos territórios. Começando com poucos recursos os jesuítas se tornaram importantes a ponto de serem considerados como representantes do rei até o século XVIII, quando são expulsos da Colônia pelo Marquês de Pombal. A questão catequética é muito polêmica, pois ao mesmo tempo em que os jesuítas lutaram contra o extermínio dos povos americanos ajudaram a levar ao esquecimento parte da cultura desses povos. Este ensaio pretende entender os processos e questões que envolvem os primeiros catequistas da América Portuguesa.

UM MESMO DEUS PARA DIFERENTES POVOS

Se a Expansão Marítima foi à melhor saída a curto-prazo que a Europa encontrou para o Mercantilismo e a sua sede de ouro, a descoberta da América Portuguesa foi considerada um milagre ou um desígnio de Deus aos portugueses. Assim, eles poderiam encontrar novas formas de lucrar (no primeiro momento, com madeira, impostos, o caríssimo açúcar), levando muitos jovens a trabalhar nos portos a fim de aprender o ofício de marinheiros, sonhando, em um dia, lucrar com o comércio colonial (DEL PRIORE, 1991). Célio Juvenal Costa evidencia a importância de buscar novas terras, para satisfazer suas necessidades mercantis de novos produtos e mercados.

A mentalidade mercantil era a ordem do dia, era a motivadora de se arriscar na grande aventura por mares nunca d'antes navegados. A racionalidade mercantil movia o mundo, arredondando-o e descobrindo novas terras, novos homens, novos mercados e novos produtos. (2006, p.60)

No clima de concorrência por fiéis presentes na Reforma Protestante a descoberta da América foi uma forma de aumentar os contingentes da Igreja Católica, a qual a monarquia portuguesa era firmemente vinculada. Essa questão é exposta por

Souza por meio da apresentação de um relato da carta de Padre Vieira, que compara o povo português com o povo de Israel, e os considera os escolhidos por Deus.

Os portugueses se imbuíram sinceramente de seu papel missionário. “Os outros homens, por instituição divina têm só obrigação de ser católicos: o português tem obrigação de ser católico e de ser apostólico. Os outros cristãos têm obrigação de crer a fé: o português tem obrigação de crer e mais de a propagar”, dizia Vieira, um século e meio após a descoberta. (2005 p. 33)

A autora ainda mostra a convicção dos padres de que a Colônia era a terra que Deus preparou para Portugal, e reforça o compromisso pessoal do povo português de povoar, catequizar e usufruir do novo continente.

Para Jaboatão, o sobrenatural intervém positivamente no caso do descobrimento: este é uma ação divina, foi Deus quem, através de seus desígnios insondáveis, conduziu os homens até aqui. O descobrimento revela e reforça a existência de Deus: um milagre divino, eis o que foi o achamento da colônia portuguesa na América. [...] Era pois generalizada, sobretudo entre eclesiásticos, a idéia de que o descobrimento do Brasil fora ação divina: de que, dentre os povos, Deus escolhera os portugueses; de que estes, uma vez senhores do nova colônia, tinham por dever nela produzir riquezas materiais – explorando a natureza – resgatando almas para o divino. (SOUZA, 2005, p. 29 e 35)

Seguindo esse “recado Divino” a monarquia apoiava a catequização dos povos originários, pois se Deus lhes deu uma terra, deu também o dever de “salvar as almas perdidas dos *gentios*” e enviou missionários a América Portuguesa para a colonização:

Quase cinqüenta anos depois, D. João III reiterava os propósitos cristianizadores da monarquia portuguesa: ‘a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa santa fé católica’, escrevia, em 1548, a Tomé de Souza. (SOUZA, 2005, p. 32).

Esse trabalho de catequização era tão importante que os primeiros padres eram mandados quase urgentemente a colônia, tornam-se muito comuns nas cartas os pedidos de mais padres para esse trabalho, conforme observa Souza:

Nóbrega é formulador genial desta posição: ‘Nesta terra, Padre, temos por diante muito números de gentios, e grande falta de operários. Devem-se abraçar todos os modos possíveis de os buscar, e perpetuar a Companhia nestas partes, para remediar tanta perdição de almas. E se aqui é perigoso criá-los, porque têm mais ocasiões, para não guardar a castidade, depois que se fazem grandes, mandem-se antes deste tempo à Europa, assim dos mestiços, como dos filhos dos gentios, e de lá nos enviem quantos estudantes moços puderem para cá estudar em nossos colégios, porque nestes não há tanto perigo...’ (2005, p. 77)

Ronaldo Vainfas mostra a importância para Portugal da missão jesuítica e evidencia que junto com os governantes da Nova Terra vieram os Jesuítas, e reforça a

urgência da vinda dos primeiros padres. “No ano seguinte (1549), chegaram a América Portuguesa, na comitiva do governador, os primeiros jesuítas, chefiados por Manoel de Nóbrega” (2001, p.110).

O desafio foi aceito pelos jesuítas e colonizadores. A questão seguinte era pôr em prática como levar a fé católica aos novos povos, tão diferentes? O maior marco da Contra-Reforma foi o Concílio de Trento (1545-1562) “onde a Igreja Católica afirmou sua posição em relação ao protestantismo e estabeleceu novas ordens religiosas, entre elas encontramos a ordem referida.” (TONETTI, 2008, p.138). Atendendo a essa perspectiva foi aprovado, em Roma, em 1540, o Estatuto da Companhia de Jesus ou Companhia dos Jesuítas a fim de levar o catolicismo aos continentes que o desconheciam.

A Companhia foi criada por um grupo de seis jovens seguidores de Inácio de Loyola, que os convencia, com seu exemplo, de que tudo que tinham era dom de Deus e tinham de ser usados para a salvação das almas desconhecedoras de Jesus, como na pergunta que a fez seu amigo Francisco Xavier, o qual mais tarde tornou-se também um Jesuíta: “Mestre Francisco, de que lhe vale conquistar o mundo inteiro, se vier perder sua alma?”(in LAGNI, 2009b, p.36). Francisco, agora jesuíta, envia uma carta de Tuticorin Índia, em 1542 à Inácio de Loyola dizendo: “Se houvesse quem os instrísse na fé, tenho por certo que seriam bons cristãos” (in LAGNI, 2009b, p. 39).

A carta escrita por Francisco Xavier em Cochim, na Índia, endereçada aos seus companheiros em Roma, em 1544 mostra esse desejo desses jovens em sair de sua terra, partir em direção a uma terra distante e espalhar o evangelho ao mundo todo, desejo que se mostrou muito forte na América Portuguesa, o qual pode ser apreendido nas cartas em que os padres contavam suas dificuldades, por exemplo, em relação à falta de estrutura, o modo de vida completamente diferente e a estranha religião – ou falta dela – dos povos originários e o modo de vida “subversivo” dos colonizadores, por isso, sua necessidade de ficar na colônia.

Às vezes me dá vontade de ir às universidades da Europa, gritando como um louco aos que têm mais conhecimento que vontade, para que se decidam a fazer frutificar seus dons. Se prestassem atenção à conta como prestam atenção a seus diplomas, muitos deles se moveriam, tomando providências e orientação espiritual para sentir dentro de sua alma a vontade divina, obedecendo mais a ela que a seus próprios gostos, dizendo: ‘Senhor, aqui estou. O que queres que eu faça? Envia-me onde quiseres e, se for preciso, até aos povos da Índia.’(in LAGNI, 2009b., p.41)

Conforme dito anteriormente, os Jesuítas tinham um grande aliado, o monarca português D. João III. Mais que as outras ordens religiosas tinha boa relação com os

padres, desenvolvendo com a Companhia um sistema de Padroado, conforme apresenta Boxer: “O Padroado Real Português pode ser vagamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil” (in COSTA, 2006, p. 44). Segundo Costa o Padroado seria uma espécie de acordo firmado entre a Companhia de Jesus e o monarca Português, o qual os padres seriam fiéis ao monarca Loyola como um grande diplomata fazia questão de lembrar aos seus irmãos de ordem e fazia uma lembrança sempre presente nas cartas ao monarca (COSTA, 2006, p.53) e em sua catequese faziam sempre questão de enfatizar a obediência ao rei.

O auxílio que o Rei prestava às missões era, ou deveria ser, principalmente financeiro, para dar conta de todos os gastos - que não eram poucos - relativos à edificação de igrejas, de casas e de colégios e ao sustento material de cada padre em particular. Não resolvia somente a proteção política, que era, sem sobra de dúvida, importantíssima, se não houvesse o dinheiro para o desenvolvimento das missões. (2006, p. 47)

Os direitos e obrigações que compreendiam o Padroado eram conservação e reparação das igrejas, mosteiros e lugares pios, dotação dos objetos necessários ao culto aos templos e mosteiros, sustentação dos religiosos, construção dos edifícios necessários, depuração dos clérigos suficiente para o culto e cura das almas (OLIVEIRA in COSTA, 2006). Essa relação foi se fortalecendo ao longo do tempo e trazendo muitas vantagens aos Jesuítas, tornando-se, segundo Vainfas “um verdadeiro ‘Estado dentro do Estado’ no Brasil Colonial, acumulado vasto patrimônio territorial e liderando, de longe, a ação missionária no Brasil.” (2002, p.11), desenvolvendo, por vezes, o papel de representantes especiais do Rei, para cumprir papel administrativo como acrescenta Costa (2006). Os padres apresentam sua consciência dos direitos e deveres do Patronato nas cartas ao monarca.

Extremamente descontente com a inobservância das leis de cativo indígena promulgadas em 17 de outubro de 1653, principalmente por parte das autoridades coloniais, que em nada favoreciam o trabalho de catequese no Norte da Colônia, Antônio Vieira remeteria três correspondências ao monarca D. João IV em abril de 1654: nas duas primeiras apresentava ao soberano suas duras queixas e decepções em relação ao sistema vigente no Estado do Maranhão e Grão-Pará; na terceira indicava, em forma de capítulos, os meios, ou melhor, o “remédio [...] em que se mude e melhore a forma por que até agora foram governados os índios”. (SANTOS, 2001, p. 125)

A METODOLOGIA, A RELAÇÃO DOS JESUÍTAS COM A POLÍTICA COLONIAL E OS PERCALÇOS

A metodologia dos Jesuítas na América Portuguesa consistia em formar aldeamentos para ensinar sobre a Bíblia e extirpar-lhes os hábitos ofensivos a Deus como a nudez, a poligamia, e antropofagia para, conseqüentemente, os povos originários viverem como cristãos .

O autor continua afirmando que uma das principais marcas da pedagogia-catequética jesuíta foi o abandono do latim e a aprendizagem da língua nativa, sendo conhecida a primeira gramática Tupi como uma obra jesuítica. O Tupi foi chamado de “língua geral” em que se compuseram os manuais de confissão, os “autos, o teatro litúrgico que se encenava os dramas bíblicos, misturando-os aos fatos da cultura nativa, louvando-se o Cristo, os santos, a Virgem Maria, procurando assimilá-los sempre que possível, aos heróis da mitologia tupinambá.”.

A estratégia de ação jesuítica envolvia três quesitos apresentados por Monteiro, “a conversão dos 'principais', a doutrinação dos jovens e a eliminação dos pajés.” (1994, p.47) Desejavam doutrinar os 'principais', pois acreditavam que os demais seguiriam seu líder, “mas seus esforços nem sempre surtiram efeito, e mesmo a conversão de um chefe não garantia a adesão de seus seguidores.” (MONTEIRO, 1994, p.47)

A dança é um dos elementos da cultura indígena utilizada pelos padres para maior assimilação. Tonetti afirma a união do ensino com a catequese como uma grande marca jesuíta, já que se utilizava “até o ensino de confecção de roupas – para as meninas indígenas – como, ao mesmo tempo uma forma de evangelização e um incentivo aos indígenas usarem roupas” (2008, p.145).

Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior reforçam o ensino e a catequese como uma forma de atingir as crianças que encontravam: “dificuldade em converter 'os velhos com os seus maus costumes' e que somente 'os moços indígenas sedentarizados poderiam construir uma nova cristandade’” (2000, p. 454).

Assim, a fim de atrair as crianças indígenas mandaram trazer as crianças órfãs de Portugal que fossem bilíngües – soubessem Português e Tupi. Essas crianças faziam entrada pelo sertão para ensinar aos indígenas os elementos da religião na língua dos nativos, para que essas ensinassem aos pais. Florestan Fernandes afirma que os jesuítas “concentraram seus esforços na destruição da influência conservantista dos pajés, dos velhos ou de instituições tribais nucleares” instilando “no ânimo das crianças,

principalmente, dúvidas a respeito da integridade das opiniões dos pais ou dos mais velhos e da legitimidade das tradições tribais.' (2000, p. 455).

Ane Luíse Mecnas Silva (2012) ressalta a importância de falar as línguas dos povos originários para entender a confissão dos pecados e dos aldeamentos, pois os jesuítas podiam trabalhar sobre o medo dos nativos de ser escravizados ou mortos pelos colonos, sendo: “os aldeamentos formados pela propagação do medo servil seriam capazes de desarticular as tribos, surgindo, assim, agrupamentos diversos sem a antiga identidade. Dessa forma, o aspecto coletivo da cultura encontra-se fragmentando.” (2012, p.4658). Santos ainda afirma que a catequese era feita em forma de diálogo como um teatro sendo mais fácil para ser aprendido e que era essencial ser rezado nos dias santos.

Quanto aos aldeamentos, segundo Monteiro (1994), eram os mais importantes artifícios dos jesuítas para controlar o trabalho indígena, tratando com os colonos a contratação desses, podendo manter a mão-de-obra perfeita para os colonos: barata e educada para o trabalho. Com o pressuposto de que os colonos escravizariam os povos originários, eles reuniam diversos grupos indígenas, de modo que esses não pudessem manter seus costumes devido às diferenças, e os acostumavam com a forma de trabalho e costumes dos colonizadores. “Em princípio instituídos com a intenção de proteger as populações indígenas, na verdade os aldeamentos aceleraram o processo de desintegração de suas comunidades.” (1994, p.43). Assim como, não se pode generalizar, haviam colonos e jesuítas tanto a favor da escravidão como haviam os contra:

Realmente, ao passo que os colonos não se mostravam unívocos favor da escravidão como forma singular do trabalho indígena, nem todos os jesuítas se opunham ao cativo. Afinal de contas, todos – excluindo os índios, é claro – concordavam que a dominação nua e crua proporcionaria a única maneira de garantir, de uma vez por todas, o controle social e a exploração econômica dos indígenas. (MONTEIRO, 1994, p.41)

Nos aldeamentos a catequese integrava a vida cotidiana a doutrina católica, Cristina Pompa e Teresa Malatian assinalam que: “As atividades de lazer foram em sua maior parte integradas à liturgia católica, seja diretamente, como era o caso das danças, músicas e cantos, ou indiretamente, no que se refere aos autos teatrais, nos quais a cultura indígena aparecia identificada como o mal e o demônio.” (MALATIAN; POMPA, 2001, p.109).

Isso fica mais claro quando colocamos em evidência a forma que a mesma Companhia trabalhava em outros continentes, com culturas diferentes das culturas indígenas predominantes na América Portuguesa. Dois fragmentos de cartas de São

Francisco Xavier possibilitam essa interpretação: “Quando chegávamos nos lugares, a garotada não me deixava rezar o meu breviário, nem comer, nem dormir, pedindo que eu lhes ensinasse as orações. Aí comecei a entender porque ‘deles é o Reino dos Céus’ (Mt 19,14).” (Índia, 1542) (in LAGNI, 2009a, p. 51) “Parece que entre todos os não-cristãos não se encontraram pessoas que ganhem dos japoneses. (...)Têm muito prazer em escutar as coisas de Deus, principalmente quando as entendem...” (Japão, 1542) (LAGNI 2009a, p. 51). Em comum essas cartas contém os relatos animadores para os Jesuítas: de que os “gentios” pediam, precisavam do seu trabalho, de sua palavra.

Pompa comenta sobre essa linguagem mediadora, de aprender a cultura do outro para impor a sua própria, da Companhia: “A necessidade, filosófica e teológica, de atribuir aos índios umas crenças, mesmo se vagas ou errôneas, obedecia a uma exigência cultural de “ler” o outro lado, traduzir o “eu” para o outro. Para isto era necessário construir uma linguagem de mediação.” (2001. p.186)

As dificuldades que os padres encontraram, como se percebe a partir das fontes, era a de que não havia, sob esse olhar, esses povos em outros lugares da Terra. Evidenciado por Monteiro (1994) quando apresenta que os padres contavam com uma adesão cega ao catolicismo, quão grande foi o desapontamento com os atos dos índios que voltavam aos seus velhos hábitos, deixando até de desacreditar nos batismos em massa do início da colonização, conforme apresenta o trecho: “Curiosamente, os próprios padres guardavam suspeita quanto à eficácia do batismo. Após testemunhar inúmeros exemplos de índios que readotaram seus 'modos gentílicos' apesar de conversos”(1994, p.49)

Desde que chegaram os jesuítas estiveram em número muito reduzido o que torna mais impressionante o número de pessoas, incluindo escravos e europeus, que eles catequizaram. “Em 1549, ano em que a Companhia de Jesus chega ao Brasil, eram seis; em 1597, 120; 20 anos depois, 180. Em 1749, na Província do Maranhão criada em 1627, havia 145 jesuítas e, no restante da Colônia, 445 membros da Companhia.” (BITTAR; JÚNIOR, 2000, p.453). Também havia muitos conflitos com os colonos que preferiam escravizar os povos originários:

Em outros documentos aparecem os padres a instar para que os índios não seguissem os mamelucos, pois nos engenhos virariam escravos. A isto reagiam os apesadores na mesma moeda, instando para que os nativos não ouvissem os Jesuítas, nem fossem aos aldeamentos, pois ali não poderiam cultuar seus mortos, nem ter várias mulheres. (VAINFAS, 2002, p.13-14).

Esses conflitos foram o principal motivo de expulsão dos Jesuítas gerando, no século XVIII, séries de decretos ora a favor dos padres, ora a favor dos interesses dos colonos e do governo como, por exemplo, a Lei sobre o cativo de índios no Estado do Maranhão, de 1655, “que, dentre os seus pontos mais importantes, garantia a administração temporal e espiritual dos indígenas sob a responsabilidade exclusiva dos jesuítas, cabendo ao Superior da Missão designar onde e quando seriam realizadas as entradas.” (SANTOS, 2011, p.125). Sendo o sistema econômico da colônia baseado na escravidão, e essencial a escravidão indígena, o sistema até então vigente de escravizar apenas os “índios brávios” passou a não ser mais possível devido a falta de “mão-de-obra”. Como houve leis que garantiam benefícios aos jesuítas, houve, também, leis que despojavam as ordens religiosas de direitos, principalmente direitos sobre os povos originários, conforme exemplifica Lara:

A Lei da liberdade dos índios, de 6 de junho de 1755, esteve diretamente articulada a duas outras. De um lado, ao alvará de 7 de junho de 1755, que aboliu o poder dos missionários de qualquer religião sobre a administração temporal dos índios. As aldeias passaram a ser administradas então por governadores e principais indígenas e seus habitantes a participar dos mesmos circuitos administrativos, jurídicos e institucionais dos outros colonos da América Portuguesa. (2007, p.266)

No ano de 1759 cerca de 550 jesuítas foram expulsos da colônia pelo marquês de Pombal (VAINFAS, 2002). Mas sua marca já estava impingida na sociedade colonial evidenciado por Lara (2007) que menciona o termo “aldeias”, conceito implantado na colônia pelos padres.

Para os padrões jesuítico-europeus os povos originários viviam de uma forma “extremamente escandalosa” - antropofagia, nudez, poligamia, nomadismo. Segundo Vainfas os padres teriam que “domesticá-los, 'pacificá-los” (2002, p.13). Os povos originários não tinham uma religião bem definida, o que os tornava os mais diferentes dos outros povos com os quais os jesuítas já tinham lidado.

Malatiane Pompa discute isso ao assinalar que: “Ora, se esta falta de religião facilita a catequese, eliminando o trabalho de extirpação da idolatria é permitindo trabalhar num terreno virgem, por outro lado a Escolástica mandava identificar no intelecto deste homem “natural” um mínimo sinal da presença de Deus” (2001, p.183). Conforme a autora, os Jesuítas não teriam que desconstruir um deus pagão, porém teriam de criar a imagem de Deus. Para isso os padres usaram uma ideia próxima ao que consideravam um deus para os nativos, para apresentar o seu Deus a eles. Usando a imagem de Deus como Tupã eles podiam por meio da desconstrução ensiná-los sobre o seu Deus.

É por isto que não existe nação tão bárbara que não possua, por instinto natural, uma crença religiosa qualquer e alguma idéia da existência de Deus. [...] No que se refere a este assunto, os selvagens deste lugar mencionam um grande ser, cujo nome em sua língua é Tupã, acreditando que viva nas alturas e que faça chover e trovejar. (MALATIAN;POMPA, 2001, p.184).

Vencido o obstáculo da falta da religião indígena, o próximo passo era enfrentar o próprio demônio: “Eis, então, o grande antagonista do projeto missionário em terra americana, incontrastável senhor das almas dos pobres índios: o Demônio” (MALATIAN;POMPA, 2001, P.186) Cristina Pompa e Teresa Malatian apresentam algo que os jesuítas faziam sempre questão de enfatizar. Segundo os portugueses, depois que a Europa foi catequizada durante a Idade Média, as Américas se tornaram o próprio lar do demônio, pervertendo os pobres índios que eram como animais irracionais.

Ronaldo Vainfas apresenta o trabalho do colonizador perante o demônio: “A colonização, portanto, desempenharia a missão de reverter a degradação, regenerar e salvar almas que padeciam de tormentas infernais.” (2001,p. 305). Souza reforça essa visão da metrópole sobre a colônia:

Cabia a Europa-metrópole resgatar os americanos do mundo de perdição em pecado que viviam, corrigindo-os. A catequese era o veículo da função salvacionista metropolitana, mas caso se mostrasse insuficiente, os naturais da terra deveriam ser afastados do espaço pecaminoso em que estavam submersos: a colônia era sempre um perigo, e, enclavado nela, o colégio jesuítico aparecia como oásis da salvação. (2005, p. 77)

A metrópole “a mando de Deus” enviou os padres jesuítas para a América Portuguesa para que vencessem o Demônio, que segundo Frei Vicente de Salvador foi levado para a América em um porão de navio (in. VAINFAS, 2002), e livrassem as almas dos “índios inocentes” do pecado. A missão era primeiramente lutar contra o Diabo que mandava naquelas terras e naquele povo, e salvar suas almas pelo batismo e conversão a santa fé católica, conforme diversos jesuítas relatam em suas cartas ao enfatizar que a luta era constante.

Souza observa que “O próprio poder real se antecipava à Igreja na tarefa de conter as hostes do demônio e converter o inferno em paraíso, mesmo que terrestre” (2005, p. 71.). Assim, os padres deveriam cuidar para que os povos originários não caíssem nas mãos do Demônio, e mesmo que nem todos acreditassem na humanidade indígena cabia então amansar os nativos – como animais:

A catequese e as medidas 'normalizadoras' das autoridades coloniais e dos dignitários da Igreja, a ação do Santo Ofício somaram esforços no sentido de homogeneizar a humanidade inviável, animalésca, demoníaca do Brasil colonial. Cumpria 'corrigir o corpo do Brasil', afastar as populações do demônio e aproximá-las de Cristo, amansando-as. (SOUZA, 2005, p.71)

Essas dificuldades (e outras) eram relatadas pelos jesuítas em suas cartas, nas quais falavam do clima quente, das espécies de animais que davam todo tipo de problemas (insetos, animais peçonhentos, selvagens), dos problemas com os colonos portugueses com os índios, inclusive o medo de ser devorado pelos "*gentis* canibais", como mostra Souza, ao expor uma carta de um Jesuíta. "O risco de ser comido está presente em muitas das páginas escritas por jesuítas: 'Para o ano, se não nos comerem os negros (leia-se índios), vos escreverei mais largamente de tudo, se Deus for servido', dizia em 1553 o padre Azpilcueta Navarro em carta aos Irmãos de Coimbra." (SOUZA, 2005, P.60). Esse combate a antropofagia foi, em parte, eficiente: "Alguns grupos tupiniquim, por exemplo, sobretudo após a chegada dos jesuítas, abandonara a antropofagia e passaram a dar um enterro cristão aos inimigos mortos." (MONTEIRO, 1994, p.33). Os padres, também, se incomodavam com o ambiente confuso das malocas, entre tantos problemas que os fazia pensar em desistir, mas seguiam, pois a colônia precisava deles.

Evidentemente, uma das principais fontes a registrar a vida pecaminosa dos homens da América portuguesa são as cartas jesuíticas. Nelas, a colônia é o lugar por excelência do pecado, e este se generalizava de tal forma que muitos padres chegavam a descer no poder regenerador da fé. 'fiquei aqui somente por falta de padres e pela necessidade que havia na terra de despertar a gente que estavam e então no sono do pecado somente com nome de cristãos embebidos em malquerenças, metidos em demandas envoltos em torpezas e sujidades publicamente, o que tudo me causava uma tibieza e pouca fé e esperança de poder-se fazer fruto', escrevia da Bahia o padre Azpicueta Navarro. (SOUZA, 2005, p.61)

Conforme escreve Souza, padre Jerônimo comentava sobre a natureza colonial. Enquanto outros padres acreditavam que o paraíso era a América Portuguesa, ele comentava sobre os insetos, piolhos, carrapatos e cupins, que além de causarem sérias sangrias aos padres, os deixavam doentes (não só eles como também aos povos originários), e comiam todas as roupas, livros e moveis. Grande contador de insetos, conforme Souza, padre Jerônimo chegou a matar 450 pulgas em uma só noite. (2005, p. 47). Diferentemente de Jerônimo, Gandavo descrevia os indígenas como bestas cruéis e incapazes de amizade:

Um dos principais edenizadores da colônia no século XVI, Gandavo, fala demoradamente sobre a ‘multidão de bárbaro gentio que semeou a natureza por toda esta terra do Brasil’, enfatizando seus caracteres negativos ameaçam a segurança dos colonos, combatem com armas na mão ‘todas as nações humanas’ (dentre as quais, evidentemente, não se incluem), não pronunciam o F, o L, e o R e, por conseguinte, não têm Fé, Lei, ou Rei, ‘vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida’. ‘Gente é esta muito atrevida’, diria mais adiante, incapaz de amizade, sem crença na alma, vingativa, ‘Mui desumanos e cruéis’, desapiedados, ‘mui desonestos e dados à sensualidade’, entregava-se aos vícios ‘como se neles não houvesse razão de humanos’. Ora, como colonizar terra, tão paradisíaca com homens que agiam como irracionais, ou, em outras palavras, agiam como se não fossem homens? (SOUZA, 2005, p.56-57).

EMBATES CULTURAIS E IDEOLÓGICOS

Como é possível perceber os jesuítas agiram de modo destrutivo na cultura indígena, pois lutaram com muitas questões da tradição relacionadas à nudez, ao canibalismo, a “religiosidade”, ao incesto, a poligamia, padrões inaceitáveis para os europeus, mas extremamente comuns para os povos originários. Como sugerido, muitos meninos mestiços e “filhos dos gentios” foram mandados aos colégios dos Jesuítas na Europa para que fossem educados nas regras portuguesas.

Malatian e Pompa abordam a questão ao observar que “Na América Portuguesa, desde os primeiros momentos da atividade missionária, muitos jesuítas demonstraram seu espanto com a nudez, o canibalismo e a estranha religiosidade indígena, por vezes associada à feitiçaria, mas não deixaram de registrar a decadência moral do clero secular encontrado no além-mar.” (2001, p.111).

Os missionários decidiram que era melhor edificar igrejas, aldeamentos, do que ir apenas de passagem, pela falta de padres e por ser mais efetivo o trabalho assim realizado, pois desse modo essas populações aprendiam mais. “Esta passagem famosa segue dizendo que os padres chegavam do reino achando que converteriam ‘a todo o Brasil em uma hora’, sendo, entretanto necessário mais de um ano para converter um só índio, tal a sua ‘rudeza e bestialidade’.” (SOUZA, 2005, p.64)

Apesar da dificuldade, alguns religiosos tinham esperança na catequese, pois consideravam os povos originários ‘criaturas extremamente maleáveis’ prontos para serem ensinados na nova fé, quase como animais prontos para serem adestrados. Esta questão pode ser enfatizada na citação de Nóbrega que os considera ‘como papel branco’. Mas expõe-se, segundo Souza, também que nem todos querem aceitar a nova fé, sendo separados os “índios conversos” e os “índios índios”, sujeitados entre Deus e o Diabo. (2005, p. 68). Pompa e Malatian também discutem essa questão, ao observar que:

No Brasil, desde cedo os religiosos, sobretudo os jesuítas destacavam a humanidade dos índios e seu pendor para a cristianização, fazendo eco a decisão da igreja de Roma (1537). Entusiasmado com a perspectiva missionária, Nóbrega chegou a dizer que eram como papel em branco em que se poderia escrever à vontade, embora em outros textos tenha revelado dúvida sobre a disposição dos índios para abraçarem a “verdadeira fé”. (2001, p.305)

Os jesuítas foram, no nosso entender, somando-se aos colonizadores portugueses, os que mais destruíram as culturas originárias, ao buscarem destruir primeiro as bases da “religião”, depois língua, divindades, modo de vida. Bittar e Júnior (2000) apresentam os jesuítas como um dos motivos de sucesso da colonização da América Portuguesa, junto com as doenças e “guerras justas” que dizimaram milhares de indígenas:

O sucesso da ocupação da terra brasílica pelos colonizadores portugueses, portanto, assentou-se em três fatores: a) na morte de dezenas de milhares de índios em decorrência do contato, direto ou indireto, com as doenças (gripe, sarampo, coqueluche, tuberculose, varíola, etc.) trazidas pelos brancos; b) no extermínio físico de povos indígenas por meio da chamada ‘guerra justa’ deflagrada pelos conquistadores europeus; c) no processo de aculturação, em grande parte possibilitado pela catequese empreendida pelos padres da Companhia de Jesus. (2000, p.458)

Em relação às formas de trabalho dos padres afirma Fernandes que “Em seus relatos, percebemos como eles concentram seus esforços na destruição da influência conservacionista dos pajés e dos velhos ou de instituições tribais nucleares, como o xamanismo, a antropofagia ritual, a poliginia, etc.” (1989, p.84). Nesta mesma linha de abordagem Pompa e Malatian afirmam que:

Ao assim proceder, a catequese não podia deixar de apagar os traços que particularizavam a cultura dos ameríndios. Oscilando entre a visão do indígena como um *papel branco*, de Manoel de Nóbrega, ou como próximo à condição dos animais, os relatos dos primeiros jesuítas indicam, de todo modo, a condenação dos costumes gentílicos incompatíveis com a fé católica e a civilização europeia, em especial o canibalismo, a poligamia, o incesto e a nudez. (2001, p.109)

Muitos aspectos das culturas subsistem como grupos étnicos que mantêm sua religião e costumes como, por exemplo, lutas políticas e leis que reivindicam a garantia dos direitos dos povos originários conservarem e passarem seus costumes e crenças aos seus descendentes. Ou seja, se houve a destruição, ela não se deu como um todo. Apesar de todos os esforços dos colonizadores, mais de 180 línguas sobreviveram a “dominação portuguesa” e, em número bastante reduzido – que felizmente vem

aumentando seu contingente populacional, ao longo dos anos -, as comunidades sobrevivem e “se adaptam” ao tempo reinventando suas tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão apresentada e das citações anteriores, cabe indagar: seriam os indígenas um “papel branco” ou um livro repleto de palavras diferentes, com uma cultura diversa, com páginas coloridas, envoltas em vida, música e dança? Não seriam os povos americanos, ao contrário de “papel branco” um código linguístico diferente pronto para ser desvendado? Será que todos os exemplares desses idiomas estão perdidos? Essas são questões que nos fazem pensar nas mais de mil línguas, nas culturas tão ricas que caíram nos esquecimento. Mas que vem, através de muita luta, reconquistando espaço e reafirmando sua importância para a vida e cultura de uma parte da população brasileira que vem crescendo a cada ano.

REFERÊNCIAS

BITTAR Marisa, JÚNIOR Amarílio Ferreira. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século XVI/ Brasília. In: *Revista Brasileira de estudos de Pedagogia*. v.81, n.199, 2000.

CASTRO, Frei José Pedreira de (revisor). *Bíblia Sagrada*– Edição pastoral-catequética. 174° Ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2007.

COSTA, Célio Juvenal; *Os jesuítas no Brasil: Servos do Papa e súditos do Rei*. Célio Juvenal Costa, DIALOGOS, DHI/PPH/UEM.v. 10, n. 2, 2006.

DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. DEL PRIORE, Mary (org.). São Paulo: Contexto, 1991.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupi. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *A Época Colonial. História geral da civilização Brasileira*. 8° Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

LAGNI a, Pe. Daniel. *Infância e Adolescência Missionária*– Roteiros para assessores e coordenadores de grupos de crianças. Brasília: Pontifícias Obras Missionárias (POM – América Portuguesa), 2009.

_____. *ADOLESCENTES SEM-FRONTEIRA* – Adolescência Missionária – Roteiros par encontros de Grupos. Brasília: Pontifícias Obras Missionárias (POM – América Portuguesa), 2009.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

MALATIAN, Teresa; POMPA, Cristina. Profetas e santidades selvagens: Missionários e caraíbas no América Portuguesa colonial/POMPA, Cristina; Teresa Malatian, *Revista Brasileira de História*. Nº 40, Franca SP, 2001.

MECENAS, Ane Luíse Silva. *Palavras para conhecer e converter: Os escritos do padre Mamiani*. In: IX Seminário nacional de estudos e pesquisas História, sociedade e educação no Brasil, 2012, João Pessoa. IX Seminário nacional de estudos e pesquisas História, sociedade e educação no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2012. v. 1. p. 4653-4666.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*/ John Manoel Monteiro – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SANTOS, Breno Machado; *A missão como representação: os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará através das cartas do Padre Antônio Vieira*/ Breno Machado dos Santos. PLURA, Revista de Estudos de Religião.vol. 2, no 1, 2011

SEMINÁRIO Nacional de Estudos e pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil*. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TONETTI, Julio César Minga. Um olhar para educação e o ensino: as primeiras crônicas da companhia de Jesus na América Portuguesa, in. *Prática de ensino e pesquisa em história e geografia*/ Andrey MininMartin ... [et al.], organizadores. - Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Brasil de todos os Santos*/ Ronaldo Vainfas, Juliana Beatriz de Souza – 2^a.ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____ (organizador). *Dicionário do América Portuguesa Colonial (1500 – 1808)*/ Ronaldo Vainfas (organizador). – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.